

Intervenção na Informação Escrita do sr. Presidente, na Assembleia Municipal de Lisboa de 27 de Setembro de 2016

No intervalo correspondente ao período de tempo decorrido entre 1/6 e 31/8, os serviços municipais inventariaram um outro conjunto de actividades sobre as quais o GM de “Os Verdes” gostaria de obter ainda alguns esclarecimentos.

6º tema, a questão da Higiene Urbana.

Na p. VI da introdução é referida a existência de um projecto-piloto de recolha de resíduos a decorrer na zona da Bica. Ali se informa que, definidos os locais onde deveria ser implementada a contentorização fixa e após sessão com os moradores, como forma de ultrapassar os constrangimentos morfológicos do bairro, a remoção de lixo, que era feita através de sacos para o efeito, passou a ser efectuada através de contentorização comunitária. Ou seja, em vez de as pessoas largarem os sacos no chão da via pública, passaram a ter contentores fixos onde os colocar.

Mas enquanto na Bica a solução disponibilizada representou uma evolução para os moradores, o mesmo já não se poderá dizer de outras zonas da cidade, como é o caso do Alto do Lumiar e que aparece referido no final da p. 104 da IEscrita.

Recentemente, a Direcção Municipal de Higiene Urbana procedeu à instalação de um conjunto de ‘ecoilhas’ em PERs junto à Escola nº 34. Com estas ‘ecoilhas’ desactivou-se a já existente recolha de lixo nos edifícios de habitação, para passarem a haver contentores - as denominadas ‘ecoilhas’ - onde as famílias se têm agora de deslocar para deixar os seus resíduos.

Este procedimento avulso apenas foi aplicado nos edifícios de realojamento (PER nºs 9 e 12). Em todos os restantes edifícios tudo permaneceu como estava. Mais se queixam os residentes que esta medida foi implementada no maior ‘secretismo’, sem conhecimento atempado nem da Junta de Freguesia, nem da Gebalis, nem do Grupo Comunitário da Alta de Lisboa.

Esta alteração sobre a entrada em vigor deste mais antigo sistema de recolha de lixo apenas foi comunicada na véspera da sua implementação, deparando-se os condomínios com um dado adquirido: no dia 28 de Julho tinham recolha de lixo à porta de casa, no dia 29 tiveram de passar a depositar o lixo nas referidas ‘ecoilhas’.

Terá este retrocesso sido introduzido a bem da eficiência e da higiene públicas? Porque não foram atempadamente realizadas acções de sensibilização junto dos moradores, com o apoio das organizações locais? Porquê só em dois quarteirões? Haverá para a CML munícipes de 1ª e de 2ª categoria, quer dentro do mesmo bairro, quer entre bairros distintos da cidade?

Claro que o impacto e as repercussões desta atitude, que não abonam a imagem do Município, vão muito além do uso indevido ou não das casas do lixo e de

comportamentos errados, que antes deveriam ser combatidos com medidas de sensibilização e educação dos moradores.

Pergunta-se: será que a CML não estaria à espera que intervenções irresponsáveis como esta gerassem indignação junto dos munícipes, perpetuando a estigmatização de determinadas franjas da população, designadamente as que habitam naqueles PERs? De acordo com um assessor do sr. Vice-Presidente, a situação apenas será revertida quando a CML “conseguir solucionar a questão da salubridade e a reorganização das casas do lixo onde teriam sido detectados problemas”.

Assim sendo, vai ou não a CML reverter a situação descrita no mais curto espaço de tempo? Se sim, para quando? VE vai ou não promover novas acções de sensibilização ambiental?

7ª tema, sobre a Direcção Municipal de Recursos Humanos.

Nas p.s 31 e 32 é referida a abertura de vários concursos, designadamente para cantoneiros de limpeza, coveiros, tratador e apanhador de animais e bombeiros sapadores. E na p. 35 é dada informação sobre acções de formação na área da jardinagem, nomeadamente a desempregados com idade superior a 18 anos. Constatamos, porém, que continuam a não ser abertos procedimentos concursais para esta área específica tão carente.

Recordamos que, em resposta a uma questão levantada pelo PEV, o sr. vereador dos espaços verdes que hoje, como quase sempre, continua ausente nesta sala, afirmara na AML de 15/7/2014, a propósito de um pacote de propostas para externalização de serviços, e passamos a citar, “infelizmente, não podemos contratar mais ninguém”. Por um lado, porque haveria impedimentos legais, por outro porque “se quiséssemos contratar mais alguém, estaríamos a desfazer um serviço público que hoje existe e que não está desmantelado e que é a higiene urbana”. Mais esclareceu que a CML não tinha pessoal suficiente para fazer o tratamento dos espaços verdes, acrescentando que “estamos a tentar dar as melhores condições possíveis aos jardineiros que cá estão a trabalhar e, ainda, dar as melhores condições possíveis à Escola de Jardineiros que queremos incrementar”.

Ora, no início do mesmo mês, também na AML, o sr vereador revelara que a autarquia necessitava de “cerca de 1.000 jardineiros para todos os espaços verdes”, explicando que de 170, 80 estavam em "serviços moderados" devido à idade, daí a contratação de empresas privadas para trabalhos num valor global de cerca de 17 milhões de euros.

Sr. presidente, passaram mais de 2 anos, tempo suficiente para cumprir a promessa de incrementar a Escola de Jardineiros e Calceteiros, na Quinta de Conde de Arcos. A p. 35 da IEscrita assinala perto de centena e meia de formandos. No entanto, continuam por abrir os concursos para jardineiros e calceteiros.

De uma vez por todas, esclareça, por favor, este plenário: se existem formandos capacitados, se há um elevado despesismo em contratação de empresas externas para procederem à conservação da calçada e à manutenção dos espaços verdes, se já não existem impedimentos legais para a abertura de concursos, quando vão ser abertos estes tão necessários procedimentos concursais para jardineiros e calceteiros?

Sobreda Antunes

Grupo Municipal de “**Os Verdes**”